

## Os Açores, a 1.ª Guerra Mundial e a República Portuguesa no contexto internacional

SÉRGIO REZENDES<sup>266</sup>

Os Açores em inícios da I Guerra mundial encontravam-se desenquadrados ou renegados para segundo plano no que concerne aos conceitos de defesa militar do império e da I República. O eixo de interesse económico apontava Cabo Verde como arquipélago prioritário, uma vez que constituía uma escala das matérias - primas do império ultramarino. Esta situação mudaria ao longo da guerra, pois os Açores tinham pontos de interesse como o mar, as comunicações e os portos, ameaçados com o evoluir do conflito.

O advento do submarino em finais do século XIX, melhorado e adaptado a uma nova estratégia a partir de 1914, faria o fascínio dos açorianos que apesar de nunca o terem visto, conheciam as façanhas de submarinos-cargueiros como o *U-155*, por intermédio do *Açoriano Oriental*. Mal saberiam que, artilhado, atacou Ponta Delgada a 4 de julho de 1917. Identificados torpedos nos mares dos Açores pela primeira vez em 1915, a presença de U-boats haveria de aumentar exponencialmente até 1918, tornando-se regular as observações nas ilhas. As suas capacidades não passariam despercebidas pelos comandantes militares das três grandes ilhas, e do Comando Militar dos Açores, sediado na ilha Terceira. Informados pelos jornais, mala postal e cabo telegráfico, eram alvo dos ecos das outras oito ilhas, via TSF. Os Açores já disponham de uma rede de antenas que, apesar de limitadas e antiquadas, tinham interesse regional e eventualmente internacional. Muitos foram os recordes estabelecidos entre as ilhas e os navios que passavam ao largo, tendo particular importância o aviso à TSF do *USS Orion* na defesa da cidade micalense a 4 de julho de 1917. Novamente seria crucial no ataque do *U-139* ao *Augusto de Castilho* e ao paquete *San Miguel*, coordenando a ação entre os dois navios e no incessante pedido de socorro para Ponta Delgada, onde se sabia poder contar com o apoio da Marinha portuguesa e do *US Navy Detachment*. A montagem de uma poderosa estação inglesa em 1918

---

<sup>266</sup> Investigador Doutorado Integrado do Instituto de História Contemporânea, NOVA-FCSH.

na freguesia das Feteiras (São Miguel) reforça esta importância, de tal forma que seria protegida por uma peça de artilharia de tiro rápido, americana. Internamente, ilhas como São Miguel contavam já com Telegrafia com Fio, ligando-se por cabo terrestre as áreas mais distantes de Ponta Delgada, cidade onde começava a surgir uma embrionária rede telefónica entre as autoridades, a 1.ª classe e as *delegacias* da polícia.

Este acompanhamento à ação da Guerra Naval levou a que, desde 1914, os militares avisassem o Ministério da Guerra para este tipo de ameaça, a que se aliava a de superfície, sabendo-se de antemão que as ilhas não estavam minimamente preparadas para a repelir. Nenhuma medida prática seria tomada até abril de 1916. Preocupados com o Revivalismo na I república, e com possíveis ameaças monárquicas à ilha de São Miguel (1914), o Exército mantinha uma presença discreta mas constante nas três grandes ilhas. Com alguma regularidade saíam diligências militares a pedido dos governadores civis, ocupando posições em freguesias ou mesmo em outras ilhas, como a Graciosa. Os motivos? A manutenção da ordem pública por necessidade de requisitar cereal; impor medidas de saúde e/ou higiene pública; atos eleitorais ou mesmo por ações clandestinas, como atentados a juizes ou ataques/boicotes a instituições de caráter político. Internamente, as duas unidades de infantaria e de artilharia buscavam o equilíbrio entre o precário número de soldados e os fracos orçamentos, assim como corresponder aos fracos rendimentos familiares, sempre dependentes dos chefes de família para o trabalho nas terras. Apesar das novas designações republicanas e maior responsabilidade, as unidades militares não haviam sido atualizadas nas respetivas dotações orçamentais, persistindo e agravando-se problemas como os antiquados quartéis; a falta de material de aquartelamento e de tração (obsoleto); alimentação; uniformes e necessidades de transporte, por exemplo, dos mancebos das ilhas mais pequenas. O arquipélago necessitava de artilharia de costa tiro rápido mas a estratégia militar nacional antes de entrar no conflito, não encarava os Açores como zona prioritária e depois da beligerância, pior ainda: o melhor material seria desviado para o Corpo Expedicionário Português, acabando por vir parar às ilhas algum, de finais do século XIX, nomeadamente *Armstrong* 10 cm e *Krupp* 15 cm, tecnologicamente de transição. A infantaria não estava em melhor situação, uma vez que o seu armamento datava do mesmo período, inclusive as suas parcas metralhadoras, pelo que o seu real efeito era duvidoso.

Com a apreensão das embarcações alemãs no império português, incluindo nos portos de Ponta Delgada e da Horta, deu-se a declaração de guerra a Portugal. Em beligerância informal desde 1914, junto das fronteiras angolanas e moçambicanas, o país preparou-se para a guerra na Europa e para os comandantes militares nos Açores, os novos ventos de guerra elevaram os estados de alerta, aumentando os velhos receios e apresentando novas

questões: qual o novo enquadramento legal a dar aos inimigos no arquipélago, nomeadamente às tripulações e os funcionários do cabo submarino? Com resposta tardia por parte do Estado, todos os alemães em idade militar seriam retidos em campos de prisioneiros, criando-se na ilha Terceira um dos maiores do império, o Depósito de Concentrados Alemães (DCA), no forte de São João Batista. Em funcionamento a um maio de 1916, agregaria outros dois provisórios no arquipélago, em agosto desse ano, passando a receber prisioneiros de todo o império português. Estes civis foram tratados de acordo com as Convenções de Genebra, procurando-se uma ligação com os seus familiares por intermédio de delegações diplomáticas, caso dos EUA e Espanha, ou por organismos internacionais como a Cruz Vermelha, que se implanta no arquipélago.

A sua existência agravaria ainda mais a missão do Comando Militar dos Açores, uma vez que era mais uma ilha com um forte motivo para atacar, tendo exíguos meios para a defender. Um forte golpe de mão alemão, rápido e eficaz, executado a partir de U-boat, poderia libertar os prisioneiros. A apreensão não ficaria por aí. A quinhentista fortaleza não se encontrava preparada para receber um elevado número de presos (cerca de 750), mais as famílias (caso pagassem a alimentação, o que não funcionaria na prática) e uma guarnição reforçada, a que se juntavam também as famílias. Para além da saída de vários órgãos e unidades militares da fortaleza (e conseqüente necessidade de as realojar em Angra do Heroísmo), tornava-se urgente melhorar o saneamento básico, a água canalizada, a habitabilidade de espaços, a alimentação, o vestuário, o material de aquartelamento e a higiene pública, numa época extremamente delicada neste ponto: o último ano da guerra constituiria um bom exemplo nesse sentido, com a Pneumónica.

É notória a divisão cronológica da Grande Guerra dos Açores em quatro fases distintas, separadas a meio pelo ataque de 4 de julho de 1917 a Ponta Delgada. Quanto às respostas governamentais, apenas o antes e depois do bombardeamento, apesar da chegada de algum material de artilharia à cidade micaelense, e o estabelecimento de um estado de sítio na ilha Terceira, em virtude da concentração dos prisioneiros alemães (1916). Desde 1914 que o Comando Militar dos Açores instigava o Ministério da Guerra a melhorar os orçamentos das unidades açorianas e a enviar algum material capaz de executar a sua missão, mesmo que não fosse o mais atual. Com a beligerância, a situação agravava-se por se conhecer a ação inimiga em zonas similares às dos Açores, e pelo facto do inimigo conhecer bem as ilhas, em resultado dos tradicionais reabastecimentos e visitas, em muitos casos inopinadas, às costas das ilhas antes do conflito.

Com os três bombardeamentos às principais cidades dos dois arquipélagos, finalmente o governo da república reagiria ao que os comandantes militares afirmavam desde 1914. No caso açoriano, a defesa

havia sido assegurada por ajuda externa, o denominado “milagre do Santo Orion”, navio carvoeiro americano que, por estar com problemas mecânicos na popa e atracado ao molhe do porto de Ponta Delgada, estava em melhores condições para fazer fogo ao *U-155*, afastando-o. Apesar do governo português ter enviado cinco peças de artilharia em 1916, novamente material de transição, apenas três é que se encontravam operacionais no Alto da Mãe de Deus, local onde foram montadas apressadamente. Imbuídas num conceito de defesa que faria sentido caso a unidade alemã entrasse na baía da cidade, a sua fraca cadência de fogo e alcance das granadas de nada valeriam na defesa, pelo facto do *U-155* ter atacado ao largo da cidade, numa interpretação bem conhecida pelo Estado-maior do Exército, mas cujas ordens nem haviam sido enviadas para o arquipélago. As *Armstrong* 10 cm seriam mais tarde complementadas com a instalação das duas restantes no espaldão da Carreira do Tiro, e duas peças *Krupp* 15 cm do Campo Entrincheirado de Lisboa, em Santa Clara, rapidamente eclipsadas por uma única Costa-Tiro-Rápido americana em 1918. As *Krupp*, desmontadas, seriam enviadas para a Horta.

Consequência imediata do ataque seria também a chegada a Ponta Delgada, de unidades navais dos EUA, ainda antes do final desse mês de julho. Sem conhecimento oficial do governo português, a sua presença forçaria as autoridades locais a pressionar o Estado a interagir com os aliados perante a nova interpretação da posição geoestratégica dos Açores, criando a necessidade de defender os interesses nacionais perante uma potência estrangeira que se implantava em solo nacional, bem como os de uma segunda, a Inglaterra, que instalaria uma poderosa estação TSF na mesma ilha. Uma vez formalmente autorizado, o *Azores detachment of the United States Atlantic fleet* receberia para além dos navios de comando e apoio, embarcações para perseguição a submarinos, duas peças de artilharia de última geração, submersíveis e aeronaves. O governo português, já com Sidónio Pais como Presidente da República, tentaria criar uma base aeronaval na Horta e em Ponta Delgada, e outra terrestre na Terceira, sem sucesso, apesar de algumas diligências e da passagem de vultos da aeronáutica nacional pelas ilhas.

Com o ataque alemão a Ponta Delgada ocorreria uma mudança nos eixos de interesse nacionais e internacionais em relação ao mar do arquipélago. Como o patrulhamento inglês recuava para junto das suas costas, deixando o mar dos Açores livre para os *u-boats*, os EUA sentiram a necessidade de ocupar este vazio, assegurando proteção aos comboios marítimos ou mesmo às suas costas. Com uma base americana em Ponta Delgada, não só se retiraria pressão sobre o mar e ilhas dos Açores, como sobre a I República, incapaz de as proteger. Essa responsabilidade passaria para os aliados, como as indicações à engenharia militar nas ilhas bem o demonstram, ao ordenar-

-se todas as facilidades às iniciativas americanas por incapacidade de apoio a partir da capital. Procurando salvaguardar os interesses nacionais e equilibrar as patentes nas ilhas, Sidónio Pais nomeou um Alto-Comissário da República para os Açores, o general Simas Machado, comandante da 2.ª Divisão do CEP, que viera a Portugal de férias. Com a missão de se corresponder com o comandante do destacamento americano, o Almirante Herbert O. Dunn, Simas Machado tinha a responsabilidade de resolver os problemas no arquipélago. Tido como anglófono, agrega o comando das esferas civis e militares, valendo-se de duas secções, uma apoiada pelo comandante militar dos Açores, provisoriamente em Ponta Delgada, e a segunda por José Bruno Tavares Carreiro, fiel e conhecedor secretário-geral do Governo Civil de Ponta Delgada. Apesar de carecer de maiores estudos, sabe-se que o Alto-comissário vem imbuído de poderes judiciais, pecuniários, eleitorais e alfandegários, para além de militares e diplomáticos.

Operacionalmente, com a beligerância executaram-se os planos delineados desde 1914: ocorreram as saídas de pequenas diligências militares para áreas tidas como sensíveis, caso das estações de cabos telegráficos ou freguesias relevantes para o esforço de defesa. A vigilância passou a ser uma constante em todas as ilhas, em especial a partir dos faróis da Marinha. Com grandes costas expostas, e áreas vulneráveis claramente identificadas, o Exército tentou equiparar o número de armas ao de recrutas, numa dialética entre a defesa e o trabalho dos campos, que o ataque de 4 de julho havia de destruir. Ensaída em finais de 1914, a mobilização geral havia provado que ao chamar o camponês para o interior do quartel, se retirava o ganha-pão às famílias, debilitando-se as subsistências públicas. Desativada em inícios de 1915, seria reativada com a beligerância, num misto de licenças que terminariam com o ataque a Ponta Delgada. Com as ligações marítimas escassas, os açorianos tinham que se bastar e defender a si próprios, não sendo de contar com abastecimentos a partir do exterior: não só os mercados abastecedores haviam entrado em economia de guerra, como a ação submarina afastara das ilhas os navios particulares não cobertos pelas obrigações estatais, e não defendidos pela Marinha. Com o evoluir da guerra, e conseqüentemente da presença dos submarinos alemães no mar dos Açores, os veleiros e vapores privados deixaram de reabastecer as ilhas em bens necessários como por exemplo, fósforos, estagnando-se o comércio de importação e exportação. Taxados pelo Ministério das Finanças, os fósforos não seriam alvo de reajustes tendo em conta a especificidade das ilhas, e dada a galopante inflação resultante da escassez, preço do frete, seguros de guerra e prémio às tripulações, os comerciantes deixariam de os importar. Esta falta de sensibilidade estatal pela realidade arquipelágica levou a que a população procurasse meios alternativos, logo ilegais, imperando uma queima constante de lenha que levaria os recursos locais à exaustão.

Com as vítimas a darem à costa regularmente a partir de 1917, os proprietários dos veleiros, sem defesas, optaram por os manter afastados das ilhas. Casos como o torpedeado *Gamo*, da empresa Bensaúde ao largo da ilha das Flores assim o atestam. Quanto a vapores, a Empresa Insulana de Navegação manteria por imposição estatal as ligações com Lisboa e com o Funchal, mas a altos preços, correndo riscos como o episódio do *Augusto de Castilho* e o *U-139*, comprovam. Como resultado, a inflação agravava-se dia-a-dia nas ilhas, assim como a escassez de metal, papel e moeda miúda. Os açambarcamentos de géneros como ovos, galinhas e lagostas, entre outros, complementavam este cenário de crise. Aos açorianos tudo faltava, aos americanos tudo surgia em catapulta.

Em ilhas mais pequenas como Santa Maria, acusava-se a empresa de abandono. Carente de importações, tinha gado bovino para exportação para os lucrativos mercados continentais, mas por falta de navio, raramente era escoado. Sem porto capaz, para a companhia o risco de paragem era elevado, pelo que as ligações entre os grupos de ilhas eram céleres e breves, novamente como o caso do *Augusto de Castilho* demonstrou. Aguardado em Santa Maria, o paquete *San Miguel* nem teria hipótese de parar, seguindo de máquinas a fundo, em linha reta, para Ponta Delgada.

Dado o ataque, o receio tomara conta das ilhas. O efeito da luminescência das cidades lançara o arquipélago na escuridão, fomentando a criminalidade e a necessidade dos militares apoiarem nas prisões, e patrulhamento dos povoados. Ao desviar os soldados das suas funções elementares, a existência de patrulhas militares estava condicionada às exigências de serviços como a rendição das diligências, piquetes para manutenção da ordem pública ou novos destacamentos para ilhas como Santa Maria e Terceira, ainda em 1916. Até ao final da Grande Guerra, os militares seriam enviados para todas, nem que em efetivo simbólico.

Outra questão que trespassaria o arquipélago durante a I Guerra Mundial, era a grave falta de meios para o controlo de doenças, ou higiene pública e privada. Doenças como a febre tifoide, a escarlatina ou a tuberculose eram cíclicas, agravadas por outras como a do vírus *influenza* em 1918. Habituada a doenças ditas endémicas, resultantes da falta de infraestruturas públicas e privadas; hábitos de higiene ou água canalizada, a população açoriana padecia de doenças que nos anos de 1930 ainda seriam designadas de terceiro mundo. A falta de alimentação equilibrada; as águas estagnadas e o descontrolo de pragas como o rato não constituíam surpresa para as autoridades sanitárias, ou mesmo para a população. Em meados de setembro de 1918, um segundo surto de *influenza* apanharia as autoridades desprevenidas, sem meios de a combater, aliás como em todas as áreas afetadas. Procurou-se minimizar os efeitos, cuidando-se dos vivos e enterrando os mortos, valendo o apoio do destacamento americano

que mandaria um *destroyer* a Gibraltar apanhar medicamentos, e do Alto-comissário que apoiaria todas as ilhas a bordo do *NRP Vasco da Gama*. O Exército criaria uma espécie de proteção civil, enviando soldados para rachar lenha, fazer sopa e pão, desinfestar áreas insalubres, e apoiar os familiares, farmacêuticos, enfermeiros e médicos. Com as notícias do ataque ao *Augusto de Castilho*, a sociedade reviveria o medo e a falta de materiais ao mais alto nível, pelo que a notícia do Armistício seria recebida em apoteose.

Dada esta breve leitura da I Guerra Mundial nos Açores, será de concluir que é evidente a crescente importância geoestratégica que os Açores desempenharam no conflito, dada a batalha pelo controlo do Atlântico norte, não só pelo domínio do seu mar como pela capacidade de apoio logístico dos seus portos ou controlo de comunicações. Eventos como a criação de um depósito de prisioneiros de guerra na ilha Terceira; o ataque do *U-155* e a instalação de uma base aeronaval americana em Ponta Delgada; assim como a estação TSF inglesa em São Miguel e a vinda de um Alto-comissário da República para os Açores, assim o comprovam. Episódios como o combate do *Augusto de Castilho* contra o *U-139*, “o Monstro”, fortalecem a ideia de que, apesar dos poucos recursos e dos grandes combates se verificarem em longínquas paragens, as populações insulares também passaram por momentos claramente difíceis.

Falar da Grande Guerra nos Açores será pois, articular uma teia de diferentes acontecimentos, catástrofes e naturezas, que no seu ponto central atacam em simultâneo a população, deixando-a indefesa mas não apática. Neste ponto destaca-se o que se entende ser o clímax da guerra nas ilhas ou seja, mesmo na parte final, os meses de outubro e de novembro de 1918 quando o maior flagelo epidémico do século XX as atinge. Com exportações estagnadas e importações dependentes do apoio americano, a inflação contribuíra para um fosso social abrupto. Entre 1914 e 1919, ano em que é desmobilizado o DCA, as expectativas da população na proteção e apoio da “mãe-Pátria” saíram logradas até à chegada do Alto-Comissário, sendo minimizadas pelo apoio da base naval estrangeira que, trazendo géneros dos EUA, e apoiando nos transportes e segurança, daria uma maior tranquilidade aos locais, em especial aos da maior das ilhas. A nível interno, as *ilhas adjacentes* assistiam e sofriam de perto os eventos que caracterizariam a jovem República, uma vez que à sua escala, padeceriam também de alguma instabilidade política e económica, muitas vezes alimentada por deportados políticos, a que se aliava uma profunda clivagem social e ideológica, agravada a partir de 1916 pela declarada intervenção belicista nos palcos europeu e africano.

Apesar da fertilidade, os invernos rigorosos prejudicavam as culturas e danificavam estruturas como estufas de ananás, contribuindo, em conjunto com a escassez de transportes e a entrada dos mercados tradicionais em guerra, para a fome junto das camadas mais baixas e a paralisação da

economia. A solução em exportar bens essenciais como gado e cereais, se imposta no primeiro caso levantaria no segundo, profundas reflexões éticas: ao exportar, gerava-se comércio mas sob o grave risco de se pagar um alto preço, caso faltassem. Guarda-los por não ser possível assegurar um apoio externo, geraria prejuízo junto dos que dinamizavam ainda a parca economia, correndo o risco de apodrecerem nos graneis. Dada a escassez de transportes, as importações não seriam suficientes para corresponder às necessidades, gerando escassez e inflação, destacando-se também os medicamentos, o material de aquartelamento e os tecidos. Os preços atingiriam patamares fora do alcance da maioria da população. A gestão e resolução de todos estes problemas acabaria por ser uma simbiose entre militares e civis, autoridades locais e estrangeiras. A presença do Alto-comissário aceleraria em muito estas dinâmicas, uma vez que antes, as respostas do governo central eram tardias e muitas vezes, sem efeitos práticos. Com uma defesa assente em forças terrestres, sem reforços continentais, e uma parca mas valiosa presença da Marinha, o Alto-comissário optaria por uma política de colaboração, mostrando o que tinha e recebendo a ajuda americana quando necessário, instando à paz e concórdia entre todas as forças.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- FERREIRA, J. M., “Revisão Histórica da participação de Portugal na primeira Guerra Mundial: a dimensão Ibérica-insular”, *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, XLIII (II), Angra do Heroísmo, 1985, pp. 635-647.
- FERREIRA, J. M., “Os Açores nas duas Guerras Mundiais”, *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, XLV (I), Angra do Heroísmo, 1987, pp. 73-90.
- FERREIRA, J. M. “A importância do Porto de Ponta Delgada na I Guerra Mundial”, *Ponta Delgada - cinco séculos de concelho 1499-1999*, Câmara Municipal de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 2001, pp. 233-239.
- FERREIRA, José Medeiros, “José Bruno Carreiro, o Almirante Dunn e o presidente Wilson: o triângulo que nunca existiu?”, *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerras Mundiais*, Fundação Luso-Americana, Lisboa, 2008, pp. 61 – 79.
- MATOS, A., MENESES, A., LEITE, J. (coord.), *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, vol. II, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008.
- MATOS, L. S., “República: um corpo com alma”, *Nova História Militar de Portugal*, Vol: 4, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2004, pp. 117 – 142.
- MESQUITA, Mário, “A escala de Roosevelt nos Açores durante a I Guerra Mundial” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, pp. 37 – 59.
- MONTEIRO, Albertino J. R., *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do século XX*, Tese de Mestrado, Policopiado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2000.

- MONTEIRO, Sandra M. G., *Gentes e memórias do concelho da Lagoa, 1910-1933*, Santa Casa da Misericórdia, Santo António, Lagoa, 2014.
- REZENDES, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep. da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, Ponta Delgada, 2002.
- REZENDES, Sérgio Alberto Fontes, *A Grande Guerra nos Açores: Memória Histórica e Património Militar*, Letras Lavradas, Ponta Delgada, 2014.
- SONDHAUS, Lawrence, *Naval warfare 1815-1914*, Routledge, London, 2001.
- TAVARES, João Carlos Moreira, "A defesa de Portugal durante a Grande Guerra. Doutrina e antecedentes históricos", *Atas do XIII Colóquio Portugal Militar. Da Regeneração à paz de Versalhes*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 2003.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, "Porque foi Portugal para a guerra: os objetivos nacionais e as estratégias políticas", *Portugal e a Grande Guerra, Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Circulo de Leitores, Rio de Mouro, 2004, pp. 14 – 34.
- TELO, A. J., "Os Açores e o Controlo do Atlântico", ASA, Lisboa, 1993.
- TELO, A. J., "Os começos do Século", *Nova História Militar de Portugal*, Vol: 4, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2004, pp. 350 – 385.
- TELO, António José, "Os Açores e as Estratégias para o Atlântico", *História dos Açores – do descobrimento ao século XX*, Vol. II, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008, pp. 217-264.